Pontes de Miranda

TRATADO DE DIREITO PRIVADO

PARTE ESPECIAL

TOMO XXVI

DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

Consequências do inadimplemento.
Exceções de contrato não adimplido,
ou adimplido insatisfatòriamente, e de inseguridade.
Enriquecimento injustificado. Estipulação a favor
de terceiro. Eficácia protectiva de terceiro.
Mudanças de circunstâncias. Compromisso

Atualizado por
Ruy Rosado de Aguiar Júnior
Nelson Nery Jr.

EDITORA RT 100 anos
REVISTA DOS TRIBUNAIS

TRATADO DE DIREITO PRIVADO

Diretora Responsável

Giselle de Mello Braga Tapai

Diretora de Operações Editoriais

Oriene Pavan

Coordenadora Editorial

Danielle Candido de Oliveira

Analistas Documentais: Ariene Cristina Almeida do Nascimento, Bruna Shlindwein Zeni, Bruno Martins Costa, Cristiane Gonzalez Basile de Faria, Douglas Elmauer, Henderson Fiirst de Oliveira, Mário Henrique Castanho Prado de Oliveira e Rodrigo Domiciano Oliveira.

Editoração Eletrônica

Coordenadora

Roseli Campos de Carvalho

Equipe de Editoração: Adriana Medeiros Chaves Martins, Ana Paula Lopes Correa, Carolina do Prado Fatel, Gabriel Bratti Costa, Ladislau Francisco de Lima Neto, Luciana Pereira dos Santos, Luiz Fernando Romeu, Marcelo de Oliveira Silva e Vera Lúcia Cirino.

Produção gráfica: Caio Henrique Andrade.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Miranda, Pontes de, 1892-1979

Direito das obrigações: consequências do inadimplemento, exceções de contrato não adimplido... / Pontes de Miranda; atualizado por Ruy Rosado de Aguiar Júnior, Nelson Nery Jr. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012. – (coleção tratado de direito privado: parte especial; 26)

ISBN 978-85-203-4404-0

1. Direito civil – Brasil 2. Obrigações (Direito) – I. Aguiar Júnior, Ruy Rosado de. II. Nery Jr., Nelson. III. Título. IV. Série.

12-06506 CDU-347.4(81)

Índices para catálogo sistemático: 1. Brasil : Direito das obrigações : Direito civil 347.4 (81)

TÁBUA SISTEMÁTICA DAS MATÉRIAS

TÍTULO V
CONSEQÜÊNCIAS DO INADIMPLEMENTO E CONSEQÜÊNCIAS DA PRESTAÇÃO DO INDÉBITO

PARTE I
CONSEQÜÊNCIAS DO INADIMPLEMENTO

CAPÍTULO I
CONSEQÜÊNCIAS GERAIS DO INADIMPLEMENTO

§ 3.102. PRECISÕES 57

1. Dívida e adimplemento. 2. Pretensão à indenização de perdas e danos. 3. Imputabilidade e não-imputabilidade da falta. 4. Impurgabilidade originária e impurgabilidade superveniente da mora

§ 3.103. PRETENSÃO A PERDAS E DANOS POR INADIMPLEMENTO 69

1. Impossibilidade superveniente da prestação e indenização. 2. Inadimplemento e adimplemento não satisfatório. 3. Impossibilitação superveniente à mora. 4. Ilícito absoluto e inadimplemento

CAPÍTULO II
ILÍCITO ABSOLUTO COMO INFRAÇÃO DE DEVER

§ 3.104. ILÍCITO ABSOLUTO E DEVERES ABSOLUTOS 79

1. Espécies de ilícito absoluto. 2. Fatos ilícitos absolutos e fatos ilícitos relativos

§ 3.105. INADIMPLEMENTO DE DEVER ABSOLUTO 84

1. Infrações. 2. Dano e responsabilidade

§ 3.106. LEGITIMAÇÃO À PRETENSÃO ORIUNDA DE DANO 88

1. Ofendido e ofensor. 2. Terceiro legitimado

Capítulo III
DEVER DE INDENIZAR

§ 3.107. FONTE E CONCEITO 93

1. Fonte. 2. Conceito de indenização. 3. Espécies de danos. 4. Pretensão ao adimplemento e pretensões indenizatórias. 5. Restauração em natura. 6. Restauração contabilística ou pelo valor

§ 3.108. INDENIZAÇÃO POR DANO NÃO PATRIMONIAL 104

1. Conceito. 2. Fundamento da responsabilidade. 3. Pormenorizações conceptuais

§ 3.109. LEGITIMADO ATIVO NAS DÍVIDAS DE INDENIZAÇÃO 116

1. Princípio da incolumidade da pessoa e dos bens. 2. Sucessão na legitimação

§ 3.110. DANO CAUSADO A TERCEIRO 120

1. Indenizabilidade. 2. Dificuldade de aplicação dos princípios. 3. Relação jurídica entre o titular da indenização e terceiro

§ 3.111. DE COMO SE MEDE O DANO INDENIZÁVEL 126

1. Dano e extensão do dano. 2. Danos imediatos e fatos posteriores. 3. Lucros cessantes. 4. Fatos posteriores e danos mediatos. 5. Momento em que o juiz há de apreciar a extensão e o valor do dano. 6. Dívidas ilíquidas. 7. Indenizações em dinheiro. 8. Compensação de lucros. 9. Indenização de velho pelo nôvo

Capítulo IV
CLÁUSULA PENAL

§ 3.112. CONCEITO E ESPÉCIES 145

1. Promessa de prestação de pena. 2. Promessa independente de submissão a pena. 3. Precisões. 4. Cláusula penal em fortalecimento

de dívida alheia. 5. Cláusula penal a favor de terceiro. 6. Institutos que se não confundem com o da cláusula penal. 7. Forma da cláusula penal

§ 3.113. LIMITAÇÕES LEGAIS ÀS CLÁUSULAS PENAIS 155

1. Distinção preliminar. 2. Limitação legal do importe da cláusula penal substitutiva. 3. Limitação legal do importe da cláusula penal cumulativa. 4. Penas excessivas

§ 3.114. ATO QUE COMPÕE O SUPORTE FÁCTICO PARA INCIDÊNCIA DA CLÁUSULA PENAL 163

1. Ato ou omissão. 2. Pena concernente a inadimplemento total. 3. Pena restrita a determinada cláusula do negócio jurídico

§ 3.115. EM QUE MOMENTO O PROMITENTE INCORRE NA PENA 167

1. Incursão na pena. 2. Espécies de prestação da dívida principal. 3. Sorte da cláusula penal acessória

§ 3.116. QUE É QUE SE TEM DE PRESTAR INCORRIDA A PENA 172

1. Soluções "a posteriori". 2. "Facultas alternativa" e pena negocial. 3. Pena pecuniária e pena não pecuniária. 4. Redução da pena

§ 3.117. SUBSTITUTIVIDADE E CUMULATIVIDADE 178

1. Cláusula penal acessória e dívida principal. 2. Código Civil, arts. 918 e 919. 3. Pluralidade de cláusulas penais

§ 3.118. DÍVIDAS DE PRESTAÇÃO INDIVISÍVEL E DÍVIDAS DE PRESTAÇÃO DIVISÍVEL 181

1. Indivisibilidade. 2. Divisibilidade

§ 3.119. PRESTAÇÃO PARCIAL E PRESTAÇÃO DA PENA 182

1. Redutibilidade da prestação. 2. Pré-exclusão da redutibilidade

§ 3.120. ÔNUS DA PROVA 186

1. Pena negocial acessória. 2. Pena negocial independente

§ 3.121. EXTINÇÃO DA DÍVIDA DE PENA 187

1. Extinção da dívida principal. 2. Impossibilitação por culpa do devedor. 3. Resolução ou resilição por inadimplemento. 4. Ressalva e falta de ressalva da pretensão à pena. 5. Prescrição

CAPÍTULO V
EXCEÇÕES DE CONTRATO NÃO ADIMPLIDO, DE CONTRATO ADIMPLIDO INSATISFATÒRIAMENTE E DE INSEGURIDADE

§ 3.122. EXIGÊNCIA DE ADIMPLEMENTO E EXCEÇÃO 193

1. Situação de insatisfação do devedor. 2. "Inadimplenti non est adimplendum"

§ 3.123. FONTES ROMANAS 195

1. Os textos. 2. Questões surgidas no direito comum

§ 3.124. CONCEITOS E NATUREZA 197

1. Conceitos. 2. Natureza. 3. Pluralidade de credores. 4. Contra qual pretensão se opõe a exceção. 5. Pluralidade de contratos

§ 3.125. EXCEÇÃO DE CONTRATO NÃO ADIMPLIDO E DIREITO DE RETENÇÃO 203

1. Confusão de conceitos. 2. Convenção sôbre a recusabilidade

§ 3.126. CONTRATOS BILATERAIS E INADIMPLEMENTO 205

1. Conceito. 2. Tempo da prestação e tempo da contraprestação. 3. Conseqüências da oposição da exceção. 4. Sistemas jurídicos defeituosos

§ 3.127. EXCEÇÃO "NON RITE ADIMPLETI CONTRACTUS" 210

1. Precisões. 2. O que incumbe ao atingido pela exceção. 3. Persistência no inadimplemento ruim

§ 3.128. EXERCÍCIO DA EXCEÇÃO DE CONTRATO NÃO ADIMPLIDO E DA EXCEÇÃO DE CONTRATO ADIMPLIDO INSATISFATÒRIAMENTE 213

1. Nascimento da exceção. 2. Julgamento da demanda a despeito da oposição da exceção. 3. Processo executivo e exceção "non adimpleti contractus" ou "non rite adimpleti contractus". 4. Conseqüências do inadimplemento e eficácia do exercício da exceção. 5. Eficácia em relação a terceiros. 6. "Ônus da prova". 7. Relação entre a alínea 1.ª e a alínea 2.ª do art. 1.092 do Código Civil. 8. Se surge pretensão ao adimplemento antecipado. 9. Mora e oblação

§ 3.129. EXCEÇÃO DE INSEGURIDADE 224

1. Texto legal. 2. Pressupostos. 3. Exceção, e não pretensão. 4. Responsabilidade do excipiente. 5. Exceção de inseguridade e vencimento antecipado

§ 3.130. PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO 230

1. Código Civil, art. 1.092, alínea 2.ª, 2.ª parte. 2. Conseqüências da dupla omissão do credor-devedor

§ 3.131. EXTINÇÃO DAS EXCEÇÕES 231

1. Causas de extinção. 2. Adimplemento não satisfatório. 3. Exceção de inseguridade

PARTE II

CONSEQÜÊNCIAS DA PRESTAÇÃO DO INDÉBITO

CAPÍTULO I

ENRIQUECIMENTO INJUSTIFICADO

§ 3.132. CONCEITO 237

1. Justificação do enriquecimento. 2. Enriquecimento sem causa e enriquecimento injustificado. 3. Precisões conceptuais

§ 3.133. COMPOSIÇÃO DO SUPORTE FÁCTICO DO ENRIQUECIMENTO INJUSTIFICADO 243

1. Enriquecimento e suas espécies. 2. Prejudicado volente. 3. Prejudicado não volente

§ 3.134. NASCIMENTO DO DIREITO À REPETIÇÃO DO ENRIQUECIMENTO INJUSTIFICADO 251

1. Direito, pretensão e ação. 2. Patrimônios especiais

§ 3.135. ATRIBUIÇÕES PATRIMONIAIS E FALTA DE JUSTIFICAÇÃO 253

1. Justificação da atribuição. 2. Enriquecimento sem causa e pretensões. 3. Condicção por disposição sem direito ou sem poder. 4. Resolução e resilição. 5. Pensamento antigo e pensamento moderno

§ 3.136. (I) "CONDICTIO INDEBITI" 257

1. Enriquecimento com o indébito. 2. Anulação e pretensão por enriquecimento injustificado. 3. Solução do indevido. 4. Prestação sem dever,

ciente quem presta. 5. "Condictio ob causam datorum". 6. Conteúdo do art. 969 do Código Civil. 7. "Condictio furtiva"

§ 3.137. (II) "CONDICTIO OB CAUSAM IMITAM" 271

1. Causa que existiu e acabou. 2. Êrro e "condictio"

§ 3.138. (III) "CONDICTIO OB CAUSAM NON SECUTAM" OU "CONDICTIO CAUSA DATA CAUSA NON SECUTA" 275

1. Causa que se não perfaz. 2. Resultado que se não realizou e "condictio". 3. Conteúdo do ato e fim. 4. Falha do fim. 5. Casos em que não há a "condictio ob causam datorum". 6. Prova

§ 3.139. (IV) "CONDICTIO OB TURPEM VEL INIUSTAM CAUSAM" 281

1. Conceito. 2. Nulidade do negócio jurídico e condicção. 3. Pluralidade de beneficiados. 4. Prestação "condicionis implendae causa". 5. Negócio jurídico declaratório e condicção

§ 3.140. (V) CONDICÇÃO POR DISPOSIÇÃO SEM DIREITO, OU SEM PODER DE DISPOR 285

1. Disposição sem direito ou sem poder de dispor. 2. Liberação do devedor adimplente a terceiro e "condictio"

§ 3.141. ENRIQUECIMENTO INJUSTIFICADO E NEGÓCIOS JURÍDICOS ABSTRATOS 288

1. Abstração e causa. 2. "Dolo facit qui petit quod redditurus est"

§ 3.142. INVERSÕES, OU GASTOS POR OUTREM, E ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA, POR DISPOSIÇÃO OU ATO DE TERCEIRO 292

1. Inversões e gastos por outrem. 2. Características das espécies

§ 3.143. CONHECIMENTO DA FALTA DE JUSTIFICAÇÃO 293

1. Conhecimento da injustificação. 2. Princípio do conhecimento supletivo

§ 3.144. SUPORTE FÁCTICO DO ENRIQUECIMENTO INJUSTIFICADO..... 297

1. Suporte fáctico do enriquecimento injustificado. 2. Obtenção de algo (primeiro pressuposto). 3. Ter sido o enriquecimento a expensas de outrem (segundo pressuposto). 4. Ter havido relação imediata entre o enriquecido e o prejudicado (terceiro pressuposto). 5. Discussão em tôrno do terceiro pressuposto. 6. Êrro, se voluntária a solução

§ 3.145. PRETENSÃO PELO ENRIQUECIMENTO INJUSTIFICADO (NATUREZA) 310

1. Pretensão por enriquecimento injustificado é pretensão pessoal. 2. Alienação do bem recebido. 3. Pretensão extraordinária contra o terceiro. 4. Enriquecido que estava de má fé

§ 3.146. SUJEITO PASSIVO DA PRETENSÃO POR ENRIQUECIMENTO 315

1. Determinação do sujeito passivo. 2. Legitimação passiva do terceiro. 3. Legitimação do terceiro quanto aos bens móveis. 4. Pretensão contra terceiro: se é subsidiária ou concorrente

§ 3.147. OBJETO DA PRESTAÇÃO 321

1. Que é que se há de restituir. 2. Importe do crédito de restituição. 3. Prestação do objeto ou do valor. 4. Frutos, acessões, benfeitorias e deteriorações. 5. Teoria das duas "condictiones" e teoria do saldo. 6. Prejuízos causados ao enriquecido. 7. Falta de causa para o enriquecido e aquisição por terceiro

§ 3.148. AÇÃO DE ENRIQUECIMENTO INJUSTIFICADO 331

1. Natureza pessoal da pretensão e da ação de enriquecimento injustificado. 2. Início da responsabilidade do enriquecido. 3. Ação pessoal e restituição em natura. 4. Legitimado passivo da ação pessoal. 5. Concorrência de ações

§ 3.149. SE HÁ EXCEÇÃO PELO ENRIQUECIMENTO INJUSTIFICADO 339

1. Prescrição da pretensão pelo enriquecimento injustificado e exceção. 2. Crítica à solução positiva e à negativa. 3. Recusa da prestação

PARTE III
DÍVIDAS E TERCEIROS

CAPÍTULO I
PROMESSA DE PRESTAÇÃO DE TERCEIRO

§ 3.150. TERCEIRO E PROMESSA DE OUTREM 343

1. Direito romano. 2. Conceitos

§ 3.151. PROMESSA DE DÍVIDA DE OUTREM E PROMESSA DE ADIMPLEMENTO POR FATO DE OUTRO 345

1. Distinção. 2. Alternatividade

§ 3.152. INTERPRETAÇÃO DO NEGÓCIO JURÍDICO 347

1. Preliminares. 2. Regra jurídica interpretativa implícita

CAPÍTULO II

ESTIPULAÇÃO A FAVOR DE TERCEIRO

§ 3.153. ORIGENS E CONCEITO 351

1. Relações inter-humanas e estipulação a favor de terceiro. 2. Direito romano. 3. Sistemas jurídicos retardados. 4. Doutrina do direito comum. 5. Codificações do século XVIII e comêço do século XIX. 6. Direito francês e sistemas jurídicos similares. 7. Conceito. 8. Natureza do negócio jurídico e do direito do terceiro

§ 3.154. PRESSUPOSTOS DAS ESTIPULAÇÕES A FAVOR DE TERCEIRO.. 366

1. Intenção dos figurantes. 2. Contrato envolvente e estipulação. 3. Determinação da pessoa do terceiro. 4. Forma da estipulação a favor de terceiro

§ 3.155. OBJETO DA ESTIPULAÇÃO A FAVOR DE TERCEIRO 369

1. Prestação. 2. Relação jurídica entre o promitente e o terceiro

§ 3.156. INSTITUTOS PARECIDOS COM A ESTIPULAÇÃO A FAVOR DE TERCEIRO 371

1. Estipulação a favor de terceiro e representação. 2. Elementos do negócio jurídico e da estipulação inserta. 3. Plano da existência e plano da eficácia

§ 3.157. FIGURAS QUE SE NÃO CONFUNDEM COM A ESTIPULAÇÃO A FAVOR DE TERCEIRO 373

1. Contrato impróprio a favor de terceiro. 2. "Solutionis causa adiectio". 3. Assunção de adimplemento. 4. Assinação. 5. Assunção de dívida alheia. 6. Doação "sub modo"

§ 3.158. ESPÉCIES DE ESTIPULAÇÃO A FAVOR DE TERCEIRO 377

1. Contratos impróprios a favor de terceiro. 2. Exame das espécies de estipulações a favor de terceiro. 3. Negócios jurídicos dispositivos e estipulação a favor de terceiro. 4. Seguro de vida e contrato a favor de terceiro. 5. Capacidade para o terceiro adquirir em virtude de seguro de vida. 6. "Non conceptus" e seguro. 7. Beneficiário do seguro, morto antes do segurado. 8. Seguros marítimos. 9. Quota social e contrato a favor de terceiro

§ 3.159. AQUISIÇÃO DO DIREITO E DA PRETENSÃO PELO TERCEIRO ... 388

1. Imediata aquisição. 2. Tempo da aquisição e determinações inexas. 3. Herança e estipulação a favor de terceiro. 4. Circunstâncias posteriores à aquisição do direito. 5. Objeções e exceções oponíveis ao terceiro pelo promitente

§ 3.160. PROMISSÁRIO E PRETENSÕES APÓS A PROMESSA 395

1. Vínculo entre figurantes e eficácia a favor de terceiro. 2. Natureza do direito do promissário

§ 3.161. RECUSA PELO TERCEIRO 398

1. Conceito. 2. Mudança de nome e de conceito. 3. Recusa ineficaz por extemporânea

§ 3.162. RESOLUÇÃO NEGOCIAL DO PACTO A FAVOR DE TERCEIRO 402

1. Terminologia. 2. Reserva inserta no contrato

§ 3.163. SUBSTITUIBILIDADE DO TERCEIRO FAVORECIDO 407

1. Solução de regramento dispositivo. 2. Aquisição do direito e substituibilidade. 3. Solução do direito brasileiro. 4. Favor ao terceiro para o caso de morte do promissário

Capítulo III
CONTRATOS COM EFICÁCIA PROTECTIVA PARA OS TERCEIROS

§ 3.164. CONCEITO 413

1. Figura nova no direito privado. 2. Dever de diligência ou de proteção

§ 3.165. CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS COM EFICÁCIA PROTECTIVA PARA O TERCEIRO 418

1. Preliminares. 2. Distinção básica

Capítulo IV
EFICÁCIA QUANTO A TERCEIROS

§ 3.166. POSIÇÃO PRECISA DO PROBLEMA 423

1. Espécies de eficácia. 2. Eficácia de efeitos. 3. Direitos pessoais e eficácia

§ 3.167. DIREITOS, DEVERES, PRETENSÃO E AÇÕES E SUA EXTENSÃO A TERCEIROS 427

1. Eficácia de direitos. 2. Eficácia de dívidas e sua extensão a terceiros. 3. Análise de espécies principais. 4. Eficácia de ações (demandas) e extensão a terceiros

PARTE IV

FUNÇÃO DO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

CAPÍTULO I

CONSIDERAÇÕES FINAIS SÔBRE TEORIA GERAL DAS OBRIGAÇÕES

§ 3.168. PERSPECTIVA 435

1. Teoria Geral das Obrigações. 2. Teoria Geral das Dívidas. 3. Direito das Obrigações

§ 3.169. RELAÇÃO JURÍDICA DE CRÉDITO COMO TODO 438

1. Relação jurídica e irradiações. 2. Dever de prestar e cerne. 3. Extinção da dívida e conseqüência posterior da causa de extinção

§ 3.170. CONTEÚDO DA PRESTAÇÃO 441

1. Direito à prestação. 2. Contratos reais. 3. Mútuo e comodato

§ 3.171. DETERMINAÇÃO DA PRESTAÇÃO 446

1. Precisão do conceito para o Direito das Obrigações. 2. Prestação em bem ou em valor

§ 3.172. DÍVIDAS PECUNIÁRIAS (DINHEIRO-FIM, DINHEIRO-MEIO) 449

1. Valor nominal e valor de poder aquisitivo. 2. Curso legal e curso forçado. 3. Valor aquisitivo e indenização. 4. Dívidas de dinheiro e dívidas de valor. 5. Conceito de dívidas de valor

§ 3.173. MUDANÇA DE VALOR E ATITUDES LEGAIS E NEGOCIAIS 453

1. Regras jurídicas sôbre mudança de valor aquisitivo. 2. Dívidas de valor de fonte não negocial. 3. Dívidas de valor de fonte negocial. 4. Cláusulas corretivas ou adaptativas

§ 3.174. CURSO LEGAL, CURSO FORÇADO E CLÁUSULAS NEGOCIAIS ... 462

1. Dívidas de moeda estrangeira. 2. Moeda e prestação de valor. 3. Cláusula-ouro em negócios jurídicos escapos à legislação brasileira. 4. Dívidas executáveis no Brasil e moeda estrangeira

§ 3.175. NEGÓCIOS JURÍDICOS E CLAUSULAÇÃO ESCALAR 468

1. Mútuo. 2. Locação de imóveis. 3. Salários. 4. Seguros. 5. Serviços ao público

CAPÍTULO II

DÍVIDA, ADIMPLEMENTO E TUTELA JURÍDICA

§ 3.176. AÇÃO E TUTELA JURÍDICA 473

1. Ordenamento jurídico e proteção de direito público. 2. Execução voluntária e execução forçada

§ 3.177. TUTELA JURÍDICA E ESTADO 475

1. Estado e indivíduo. 2. Justiça arbitral

§ 3.178. AÇÕES E DIREITO DAS OBRIGAÇÕES 476

1. Ações oriundas de negócios jurídicos criadores de dívidas. 2. Ações cautelares

CAPÍTULO III

COMPROMISSO E JUÍZO ARBITRAL

§ 3.179. CONCEITO DE COMPROMISSO 479

1. Conceito. 2. Direito grego. 3. Direito romano. 4. Direito moderno. 5. Permissão da arbitragem

§ 3.180. ESPÉCIES DE COMPROMISSO 483

1. Judicialidade e extrajudicialidade. 2. Compromissos exteriores e compromissos interiores. 3. Compromisso judicial

§ 3.181. QUAL A NATUREZA DO COMPROMISSO E DO NEGÓCIO JURÍDICO COM OS ÁRBITROS 488

1. Natureza do compromisso. 2. Dois negócios jurídicos distintos: o compromisso e o contrato arbitral. 3. Necessariedade e voluntariedade do compromisso. 4. Cláusula compromissória. 5. Incomprometibilidade e suas conseqüências. 6. Cláusula penal

§ 3.182. PRESSUPOSTOS DO COMPROMISSO 494

1. Generalidades. 2. Pressupostos especiais do negócio jurídico. 3. Cláusulas não essenciais

§ 3.183. (A) LITÍGIO OU LITÍGIOS JÁ PENDENTES OU FUTUROS 496

1. Determinação do que se há de decidir. 2. Âmbito da questão

§ 3.184. (B) NOMEAÇÃO DOS ÁRBITROS 497

1. Nomeação no compromisso. 2. Nomeação protraída

§ 3.185. (C) FORMA DO COMPROMISSO 498

1. Direito material e direito processual. 2. Precisões. 3. Direito material e direito processual

§ 3.186. IRRADIAÇÃO DE EFEITOS COMPROMISSAIS 499

1. Eficácia do compromisso. 2. Natureza do procedimento arbitral. 3. Eficácia da decisão arbitral. 4. Incapacidade, morte e outras circunstâncias

§ 3.187. EFICÁCIA E INEFICÁCIA DO COMPROMISSO 507

1. Negócio jurídico do compromisso. 2. Ineficácia do compromisso. 3. Árbitro, falta ou impedimento. 4. Incompetência "ratione temporis". 5. Incapazes e testamento. 6. Falecimento do árbitro ou da parte. 7. Ausência do árbitro. 8. Declaração de incompetência feita pelos árbitros

Seção II
ARBITRAGEM

§ 3.188. CONCEITO DE ÁRBITRO 513

1. Árbitro e arbitrador. 2. Arbitramento e arbitragem. 3. Número de árbitros, desempatador e sobreárbitro. 4. Negócio jurídico entre os compromitentes e o árbitro. 5. Dever de decidir. 6. Falta do desempatador

§ 3.189. CAPACIDADE PARA SER ÁRBITRO 518

1. Textos legais. 2. Natureza da incapacidade para ser árbitro. 3. Incapazes por direito civil. 4. Analfabetos. 5. Estrangeiros. 6. Parte. 7. Expressão em língua portuguesa. 8. Direitos políticos

§ 3.190. SUSPEIÇÃO DO ÁRBITRO; ESCRIVÃO 522

1. Remissão ao direito processual. 2. Fundamento da remissão. 3. Argüição da suspeição. 4. Escrivão do juízo arbitral, no direito anterior e no vigente

§ 3.191. FUNÇÃO DO ÁRBITRO 524

1. Decisão e aplicação da lei. 2. Origens do juízo arbitral. 3. Regramento estatal. 4. Relação jurídica entre os compromitentes e o árbitro. 5. Eficácia para cumprimento. 6. Estabelecimento de relação jurídica entre os compromitentes e o árbitro. 7. Eficácia do julgamento. 8. Documentos e autos. 9. Relação jurídica processual. 10. "Ingresso estatal" do julgado arbitral

§ 3.192. PROCEDIMENTO ARBITRAL 535

1. Prazos. 2. Cópias. 3. Audiência de instrução e debate. 4. Julgamento. 5. Empate. 6. Pressupostos do laudo. 7. Despesas

§ 3.193. REMISSÃO AO DIREITO PROCESSUAL COMUM 538

1. Lacunas da legislação processual sôbre juízo arbitral. 2. Espécies mais relevantes. 3. Confissão perante o juízo arbitral. 4. "Declaração" da decisão arbitral. 5. Sanação das nulidades processuais. 6. Nulidade e ineficácia

§ 3.194. NULIDADE E INEFICÁCIA DO LAUDO ARBITRAL 544

1. Nulidades derivadas de nulidade do compromisso ou da nomeação. 2. Nulo, anulado, ou ineficaz o compromisso, nulo o laudo arbitral. 3. Podêres dos árbitros. 4. Árbitros nomeados em desacôrdo com o compromisso. 5. Violação do direito em tese. 6. Processo e eqüidade. 7. Nulidades correspondentes às nulidades e às rescindibilidades das sentenças. 8. Laudo arbitral proferido fora do prazo. 9. Depósito intempestivo do laudo arbitral. 10. Requisitos sentenciais do laudo. 11. Sentença arbitral e processo. 12. Ineficácia. 13. Violação do art. 1.038 do Código de Processo Civil

SEÇÃO III

HOMOLOGAÇÃO DO LAUDO ARBITRAL

§ 3.195. PRELIMINARES 554

1. Espécies de homologação e homologação de decisão arbitral. 2. "Execução". 3. Derrogação do art. 1.045 do Código Civil. 4. Cumprimento do laudo antes da homologação. 5. Conceito de cumprimento

§ 3.196. COMPETÊNCIA PARA O CUMPRIMENTO DA SENTENÇA HOMOLOGADA 559

1. Regra jurídica geral. 2. Pluralidade de juízes competentes para a homologação

§ 3.197. PEDIDO DE HOMOLOGAÇÃO 561

1. Ação de homologação. 2. Pedido de homologação. 3. Pedido por tôdas as partes. 4. Pedido de homologação e procedimento de ofício

§ 3.198. PRAZO PARA O DEPÓSITO DO LAUDO 565

1. Laudo e via homologatória. 2. Depósito necessário. 3. Constituição do juízo homologatório

§ 3.199. NULIDADE DO COMPROMISSO E DA NOMEAÇÃO DOS ÁRBITROS DECRETADA PELO JUIZ HOMOLOGANTE 568

1. Decretação de nulidade do compromisso. 2. Limites do julgamento. 3. Nomeação dos árbitros

§ 3.200. RECURSO EM ARBITRAGEM 569

1. Distinção preliminar. 2. Homologação

§ 3.201. EXTINÇÃO DO COMPROMISSO 571

1. Compromisso e vontade dos compromitentes. 2. Nulidade e anulabilidade. 3. Perda de objeto. 4. Atos processados no juízo arbitral. 5. Pacto "de compromittendo"